

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE APRAZÍVEL/SP.

Referente à pretensão municipal de devolução de valores recebidos de boa-fé.

_____, brasileiro(a), casado(a), servidor público, com documento de identidade RG nº _____ e CPF nº _____, domiciliado(a) na Rua/Avenida _____, nº _____, Bairro _____. Monte Aprazível/SP, CEP: 15150-000, sem endereço eletrônico, venho à presença de Vossa Excelência, informar e requerer o quanto abaixo:

1. O município de Monte Aprazível está pretendendo que os servidores públicos devolvam aos cofres públicos valores recebidos no mês de março do corrente ano.

Os valores, segundo informações expostas nas redes sociais, dizem respeito às parcelas salariais que compõem o vencimento, dentre elas, anuênios, quinquênios, adicional de nível universitário e sexta-parte.

Primeiramente, quero deixar consignado que nunca fui informada sobre a irregularidade em qualquer pagamento por mim recebida mensalmente.

Todas as parcelas que recebi sempre me foram pagas nos termos das leis municipais, mesmo quando houve a modificação do regime jurídico de celetista para estatutário.

Os servidores públicos de Monte Aprazível nunca foram partes em qualquer ação de inconstitucionalidade promovida pela Procuradoria, conforme noticiado pelo Chefe do Poder Executivo em uma Live realizada no dia 04/08/2023.

Então, eu, como servidor (a) público, não tinha como saber se havia qualquer incorreção nos pagamentos que foram realizados no mês de março/2023.

A própria Lei Complementar nº 002/2023 estabeleceu os direitos salariais que sempre foram pagos pelo Município, os quais, agora, estão sendo pretendidos em devolução pelos servidores públicos.

Todo o teor da Live realizada pelo Prefeito Municipal em 08/04/2023 e as leis municipais em vigor corroboram que eu e todos os demais servidores públicos sempre recebemos a remuneração de boa-fé, inclusive os valores das parcelas que o Município está buscando a devolução, sendo elas, anuênios, quinquênios, adicional de nível universitário e sexta-parte.

Logo, está comprovada a minha boa-fé objetiva no recebimento de meus vencimentos, inclusive com a demonstração de que não me era possível constatar qualquer pagamento indevido, requerendo desde já que esta Administração Pública assim reconheça e declare.

2. Feitas as considerações acima, NÃO CONCORDO com a pretensão municipal em descontar qualquer valor em seus vencimentos a título de devolução de valores que recebi em completa boa-fé objetiva.

Aproveito para esclarecer que em havendo algum desconto em meus vencimentos a título de devolução, buscarei o Poder Judiciário para dissuadi-lo, inclusive com pedidos de reparação por danos morais.

Por fim, requeiro um posicionamento formal da Administração Pública quanto ao teor deste requerimento, especialmente reconhecendo a minha boa-fé objetiva no recebimento de meus vencimentos.

Peço deferimento.

Monte Aprazível/SP, _____ de agosto de 2023.

CPF nº _____